## PROJETO DE LEI N

**DE 2021** 

(Deputado Alexandre Frota)

Define o crime de injuria racial e dá outras providências

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° - Injuriar ou ofender alguém em virtude de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

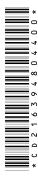
Pena: detenção de 2 a 5 anos e multa

- § 1º Se cometida a injuria contra menor ou incapaz aumenta a pena em 1/3 (um terço)
  - Art. 2º Considera-se imprescritível o crime do artigo 1º desta Lei.
- § 1º Será competente o Ministério Publico para propor a ação penal, de acordo com o artigo 100 do Código Penal, instituído pelo Decreto 2848 de 1940.
  - Art. 3º Fica revogado o § 3º do artigo 140 do Decreto 2848 de 1940.
  - Art. 4° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

## **JUSTIFICATIVA**

Os casos de ofensas e injurias racial, religiosas e outras definidas neste projeto de lei vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos em virtude da intolerância da sociedade.





Estabelecer uma legislação especial para o crime capitulado é de fundamental importância para equilibrarmos a sociedade como um todo.

Como sabemos para que a sociedade seja pacificada, e possa viver com um mínimo de civilidade, há de se regra-la em todos os ramos do direito, e o direito penal não foge esta regra.

Importante salientar que crime é toda ação ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados. Esse critério leva em consideração a relevância do mal produzido. Assim, somente se legitima o crime quando a conduta proibida apresentar relevância jurídico-penal, mediante a provocação de dano ou ameaça de dano.

Por todo exposto esperamos contar com apoio dos nobres parlamentares como mais uma medida de se evitar o aumento de casos de demissão que assola o país.

Brasília de agosto de 2021

Alexandre Frota Deputado Federal PSDB/SP



